



ID: 123599274

19-06-2026

PAULO MARQUES, PROFESSOR E INVESTIGADOR DO ISCTE, AFIRMA

# Reforma espanhola reduziu precariedade sem destruir emprego

A reforma laboral espanhola de 2021 provou que o combate à precariedade não tem de ser feito à custa do emprego. A conclusão é de Paulo Marques, professor e investigador do DINÂMIA'CET-Iscte e coordenador do Observatório do Emprego Jovem. Em entrevista à “Vida Económica”, o coautor do livro “Políticas Governamentais de Solidariedade nos Mercados de Trabalho Europeus: Emprego Precário e Reforma do Salário Mínimo em Espanha e Portugal” alerta que algumas das medidas previstas no novo Pacote Laboral português poderão colocar em causa os progressos alcançados na última década na redução da precariedade, sobretudo entre os mais jovens.

VIRGÍLIO FERREIRA  
virgilioferreira@grupovidaeconomica.pt

**Vida Económica – Que lições deve Portugal retirar da reforma laboral espanhola ao discutir o novo Pacote Laboral?**

Paulo Marques – A principal lição espanhola é que a redução da precariedade não exige destruir emprego. Exige uma regra simples: o contrato sem termo deve ser a forma normal de contratação e o contrato temporário deve servir necessidades verdadeiramente temporárias. Entre 2015 e 2025, a percentagem de jovens trabalhadores

com contrato temporário caiu cerca de 26 pontos percentuais em Espanha e 18 em Portugal. Espanha reduziu mais depressa a temporalidade jovem porque a reforma de 2021 limitou de forma mais forte o recurso a contratos temporários, reforçou elementos da negociação coletiva e criou instrumentos de ajustamento interno das empresas. Portugal deve retirar daqui uma lição clara: uma re-



“A experiência espanhola mostra que é possível reduzir fortemente a contratação temporária sem travar a criação de emprego”, afirma Paulo Marques.

forma laboral deve ser avaliada pelo seu efeito na segmentação. Alargar contratos a prazo pode parecer uma resposta pragmática às necessidades das empresas, mas tende a reabrir uma porta que a última década começou a fechar. A prioridade deve ser reduzir a rotação excessiva, facilitar transições para vínculos estáveis e reforçar a negociação coletiva.

**VE – O novo pacote pode comprometer os avanços na redução da precariedade?**

PM – Sim, há esse risco. O Governo apresenta o pacote como uma reforma para aumentar competitividade, produtividade e salários, mas várias medidas parecem partir da premissa das reformas liberalizadoras: a ideia de que maior facilidade de contratação temporária e maior discricionariedade patronal geram, por si, melhor desempenho económico. A investigação que fizemos aponta noutra direção. A estabilidade contratual

também é política económica: favorece investimento em formação, retenção de conhecimento, menor rotação e trajetos profissionais mais previsíveis. Por isso, medidas que alarguem o recurso a contratos a prazo, individualizem a organização do tempo de trabalho ou fragilizem a negociação coletiva podem comprometer ganhos obtidos na redução da precariedade. O problema por-

tuuguês não é excesso de estabilidade; é demasiada instabilidade nos segmentos de entrada, sobretudo entre jovens.

**VE – Como avalia o debate sobre flexibilidade e direitos laborais à luz da evidência disponível?**

PM – O debate não deve opor estabilidade a flexibilidade de forma simplista. Há boa flexibilidade: organização do trabalho negociada, mecanismos de ajustamento em crises, formação, adaptação tecnológica e respostas a flutuações de procura, mas com direitos e previsibilidade. E há má flexibilidade: vínculos frágeis usados como forma permanente de gestão de custos. A experiência espanhola mostra que se pode reduzir fortemente a contratação temporária sem travar a criação de emprego. Naturalmente, nenhuma reforma resolve todos os problemas e os efeitos sobre produtividade demoram mais tempo a observar. Mas a ideia de que limitar contratos temporários destrói necessariamente emprego foi claramente contrariada.

**Um pacote mais distante do modelo espanhol**

**VE – O novo Pacote Laboral aproxima-se ou afasta-se do modelo espanhol?**

**“Limitar contratos temporários não destrói emprego”**

PM – O novo pacote português afasta-se mais do modelo espanhol do que se aproxima dele. A reforma espanhola de 2021 teve como centro a restrição do uso abusivo da temporalidade e a transformação do vínculo estável em regra. O pacote agora em discussão em Portugal aponta, em pontos importantes, no sentido inverso: maior duração e novas possibilidades de contratos a prazo, maior margem individual em matéria de tempo de trabalho e alterações que podem reduzir a eficácia da proteção contra despedimentos ilícitos. A comparação ibérica também mostra que a questão não é apenas “concertação social ou Parlamento”. Tanto Portugal em 2019 como Espanha em 2021 passaram por negociação com parceiros sociais. A diferença esteve no alcance das medidas, na maioria política que as sustentou e no sentido da reforma: reforçar ou fragilizar direitos.

**VE – Que indicador permitirá avaliar o sucesso desta reforma dentro de três ou quatro anos?**

PM – Se tivesse de escolher um indicador-chave, escolheria a percentagem de jovens trabalhadores por conta de outrem com contrato temporário. É simples, comparável e capta diretamente a segmentação do mercado de trabalho. Mas não deve ser visto isoladamente. Deve ser acompanhado por três indicadores: transição de contratos temporários para contratos

sem termo; evolução dos salários reais, em especial nos primeiros anos de carreira; e produtividade por hora trabalhada. A criação de emprego também importa, mas não basta contar postos de trabalho; é preciso avaliar a qualidade dos vínculos. Se daqui a três ou quatro anos houver menos precariedade jovem, mais transições para vínculos estáveis, salários reais melhores e produtividade a crescer, a reforma terá tido bons resultados. No entanto, temo que vá suceder exatamente o contrário.

**“Não basta contar postos de trabalho; é preciso avaliar a qualidade dos vínculos”**

**“Pacote laboral afasta-se do modelo espanhol”**

ID: 123599274

19-06-2026

Paulo Marques, professor  
e investigador do Iscte, afirma

**Reforma espanhola  
reduziu precariedade  
sem destruir emprego**

Pág. 7